



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

168

392

7

Apelação Criminal n.º 0163403-3 – Vara Única da Comarca de Itamaracá.

Apelante(s):	Adriano José de Lima
Apelado(s):	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator:	Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor:	Des. Romero Andrade
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. TENTATIVA. CONDENAÇÃO. POSTULAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO. VEREDICTO DISSOCIADO DA PROVA HOSPEDADA NOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DO JULGADO CONDENATÓRIO. EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA DO MOTIVO FÚTIL. NÃO CABIMENTO. 1. Estando o veredicto de acordo com o conjunto probatório insito nos autos, ficando comprovada as tentativas de homicídio em relação às vítimas, é de ser mantida a decisão condenatória do Conselho de Sentença. 2. A discussão e troca de agressões entre o réu e as vítimas antes da prática das condutas narradas na denúncia, não afastam a qualificadora do motivo fútil, que se mostrou presente na conduta primária que levou o apelante ao cometimento das tentativas de homicídio. 3. Apelo não provido. Decisão unânime.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação criminal n.º 0163403-3, da Comarca de Itamaracá, em que é apelante Adriano José de Lima e apelado o Ministério Público do Estado de Pernambuco. Acordam, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão realizada no dia 9 de fevereiro de 2010, em negar provimento à apelação, tudo de acordo com o relatório e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife,

1º de fevereiro

2010 (des)

Des. Roberto Ferreira Lins.
Relator

TRIBUNAL DE JUÍZ
FLS 385
A
OJUBRILHO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

169

Apelação Criminal n.º 0163403-3 – Vara Única da Comarca de Itamaracá.

Apelante(s):	Adriano José de Lima
Apelado(s):	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator:	Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor:	Des. Romero Andrade
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de Apelação Criminal interposto por Adriano José de Lima, irredignado com a sentença prolatada pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri da Comarca de Itamaracá, que, diante da decisão do Conselho de Sentença daquela Comarca, condenou-o ao cumprimento da pena de 11 (onze) anos de reclusão, pela prática de duas condutas delituosas, ambas descritas no artigo 121, §2º, inciso II, c/c artigo 14, II do Código Penal, figurando como vítimas José Ricardo Torres Holanda Cavalcanti e Dayvison Galvão Faerstein.

O apelante apresentou razões recursais às fls. 343/344, pugnano pela reforma da decisão condenatória e pela realização de novo julgamento perante o Tribunal do Júri.

Alega o recorrente que a decisão dos jurados configurou-se manifestamente contrária às provas dos autos. Argumenta que, em relação à vítima José Ricardo, ele apelante teria agido em defesa própria, no momento em que a vítima e seus familiares partiram para agredí-lo. No tocante à vítima Dayvison Galvão, alega que não existem provas de que ele recorrente tenha atentado contra a vida da mesma.

O Ministério Público, nas contrarrazões de fls. 347/352, defende o não provimento do recurso e a conseqüente manutenção da decisão do Conselho de Sentença.

Argumenta o Órgão Ministerial que a decisão dos jurados foi proferida de acordo com as provas dos autos, estando a versão da defesa em total dissonância com os depoimentos das testemunhas ouvidas.

A Procuradoria de Justiça, no parecer de fls. 361/368, opina pelo provimento do recurso. Argumenta o douto Procurador que, de fato, o apelante praticou as condutas de tentativa de homicídio descritas na denúncia, contudo, aduz que a admissão da qualificadora de motivo fútil se deu em contrariedade às provas dos autos, devendo o apelante, por esse motivo, ser submetido a novo julgamento perante o Tribunal do Júri de Itamaracá.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



170

É o relatório.

A douta revisão.

Recife, 9 / outubro / 2009.

Des. Roberto Ferreira Lins.
Relator

Al



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

171

Apelação Criminal n.º 0163403-3 – Vara Única da Comarca de Itamaracá.

Apelante(s):	Adriano José de Lima
Apelado(s):	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator:	Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor:	Des. Romero Andrade
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

VOTO

Insurgiu-se Adriano José de Lima contra a sentença prolatada pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri da Comarca de Itamaracá, que, diante da decisão do Conselho de Sentença, condenou-o à pena de 11 (onze) anos de reclusão, pela prática de duas condutas criminosas, ambas descritas no artigo 121, §2º, inciso II, c/c artigo 14, II, do Código Penal, figurando como vítimas José Ricardo Torres Holanda Cavalcanti e Dayvison Galvão Faerstein.

Alega o apelante que desferiu o golpe de faca que lesionou a vítima José Ricardo numa atitude de defesa, quando esta, junto com familiares, partiu para cima dele recorrente para agredi-lo. Quanto à vítima Dayvison Galvão, argumenta que não existem nos autos provas de que houve atentado contra a vida da mesma.

Não é o que se depreende da análise dos autos.

A materialidade do delito em relação à vítima José Ricardo é comprovada pela perícia traumatológica de fl. 12, laudo pericial complementar de fl. 99, ficha de atendimento hospitalar de fl. 13 e fotografias de fl. 100.

Já em relação à vítima Dayvison Galvão, a prova da materialidade se reduz aos depoimentos da vítima e testemunhas, já que a mesma não sofreu nenhum dano físico, não tendo sido, portanto, realizado qualquer exame pericial.

Quanto à autoria, os depoimentos das vítimas e testemunhas ouvidas nos autos, em confronto com a versão apresentada pelo apelante, comprovam que o mesmo atentou contra a vida das vítimas.

Eis a versão apresentada pelo recorrente quando ouvido em Juízo (fls. 124/124-V):

"(...) que os filhos do declarante estavam na rua brincando, rodeando o carro da vítima; que o declarante pegou um sobrinho da vítima e colocou em cima do capô do



carro da vítima e começou a brincar com a criança; que o primo da vítima, por nome de Deivison, mandou que o declarante tirasse a criança de cima do capô do carro; que o declarante entrou em casa; que posteriormente os filhos do declarante, brincando ao redor do carro, passaram a mão no mesmo; que a vítima não gostou e reclamou; que houve uma discussão entre o declarante e a vítima; que os familiares da vítima juntamente com esta agredir o declarante; que havia uma faca velha encostada na parede; que o declarante pegou a faca para se defender; que a vítima partiu para cima do declarante e entraram em luta corporal, tendo a própria vítima se ferido na barriga com a mencionada faca; (...); que não é verdade o afirmado pela vítima no sentido de que o declarante entrou em casa e armou-se com um facão para agredir a vítima; que na verdade o declarante não usou um facão e sim uma faca velha que estava próximo ao jardim; (...); que o declarante pegou a faca no jardim para se defender, vez que estava sendo agredido por cinco pessoas ao mesmo tempo; que as pessoas agrediam o declarante com socos e pontapés; que quando o declarante pegou a faca, não apontou para ninguém; que ao pegar a faca Celso pegou no pescoço dele declarante, enquanto que Ricardo partiu para cima do declarante e terminou se ferindo na mencionada faca; (...); que em nenhum momento o declarante chegou a apontar a faca para Deivison, nem dirigiu-se ao mesmo com a faca na mão; (...)."

Quando interrogado no plenário do Júri, o recorrente afirmou o seguinte:

"(...); que no dia do fato houve uma discussão entre o declarante e a vítima Ricardo, porque o filho dele declarante de dois anos de idade estava brincando, juntamente com um sobrinho de Ricardo, em cima do capô do carro deste; que Ricardo reclamou ao declarante e o declarante tirou seu filho de cima do capô do carro; que em seguida, o declarante foi para sua residência, e, momentos depois, Ricardo lá chegou dizendo: 'tira a porra do teu filho que ele está brincando em cima do capô do carro de novo'; que o declarante se dirigiu até aonde o menino estava e o retirou de cima do capô do veículo; que o declarante, no momento, comentou: 'vamos meu filho, que esse carro é de ouro'; que Ricardo não gostou da atitude e passou a discutir com o declarante, e em dado momento desferiu um soco no rosto do declarante; que os dois passaram a brigar; que também chegaram ao local uma tia de Ricardo e um primo, por nome de Dayvison; que outros familiares de Ricardo também partiram para agredir o declarante; (...); que em dado momento da confusão, o declarante conseguiu pegar uma faca de mesa, a qual estava em cima de uma mesa em frente à casa de Ricardo; (...); que em dado momento, Ricardo partiu para cima do declarante; que a mãe de Ricardo chegou a gritar para que este não se aproximasse do declarante, vez que ele estava armado com uma faca de mesa; que mesmo assim Ricardo partiu para agredir o declarante, ocasião em que, na briga, Ricardo saiu lesionado; que em seguida o declarante correu do local; que o declarante, em momento algum, correu atrás de Dayvison para matá-lo; (...)"

Afirma o apelante que não chegou a golpear propositalmente a vítima José Ricardo,



tendo esta se ferido quando ambos entraram em luta corporal. Em Juízo, aduz que, depois de uma discussão com a vítima, esta, juntamente com seus familiares passaram a agredí-lo, e, diante dessa agressão, armou-se com uma faca que estava encostada na parede. Alega que a vítima tomou a iniciativa de partir para cima dele recorrente, entrando em luta corporal, o que findou nas lesões à vítima. Logo em seguida, no mesmo depoimento, o apelante afirma que quando pegou a faca, o genitor da vítima (Celso) segurou no seu pescoço, enquanto aquela partia para cima dele apelante, vindo a se ferir.

Já no Júri, o recorrente afirmou que logo após a discussão, a vítima lhe deu um soco no rosto, tendo ambos entrado em luta corporal, sendo que, depois disso é que chegaram os familiares da vítima e começaram a lhe agredir, tendo ele apelante conseguido pegar a faca em cima de uma mesa, momento em que novamente a vítima avançou sobre ele, lesionando-se.

Percebe-se que as narrações feitas pelo recorrente divergem em alguns pontos. Primeiro diz que a faca estava encostada na parede, depois diz que pegou a faca de cima de uma mesa. Em Juízo afirma que o genitor da vítima o segurou pelo pescoço e a mesma partiu para agredí-lo (o recorrente), enquanto que, perante os jurados, afirma que depois que pegou a faca, enquanto estava sendo agredido pela vítima e familiares, aquela partiu sozinha para cima dele apelante, não fazendo menção ao genitor da vítima. No plenário do Júri, relata que a vítima desferiu-lhe um soco no rosto, logo após a discussão inicial, quando ouvido em Juízo não mencionou essa agressão.

Nas duas ocasiões afirmou não ter tentado agredir a vítima Dayvison Galvão.

É válido destacar o que foi dito pelas vítimas e testemunhas, quando ouvidas em Juízo:

A vítima José Ricardo Torres Holanda Cavalcanti, às fls. 138/138-V, afirmou que:

"(...) que Dayvison falou com o declarante para que falasse com o acusado para que ele tirasse seu filho de cima do capô; que ele declarante foi falar com o acusado; que o declarante conhecia o acusado; que quando o declarante foi falar com Adriano pediu por favor para que tirasse o menino de cima do capô do carro; que o declarante falou com muita educação, mesmo assim Adriano não gostou, mas tirou o menino; que contudo, momentos depois, Adriano pegou o filho e botou em cima do capô do carro dele declarante; que ele declarante mais uma vez dirigiu-se até Adriano e pediu que ele tirasse o menino de cima do capô do carro; que Adriano não gostou pelo fato do declarante ter pedido para que ele tirasse a criança de cima do carro; que Adriano partiu para agredir o declarante fisicamente e os dois chegaram a brigar, tendo Dayvison apartado a briga; que o declarante foi para sua casa e o acusado foi para a casa dele bastante enfurecido; que passados alguns instantes o declarante quando saiu de casa viu o acusado com um



facção na mão, querendo agredir Dayvison, enquanto que o genitor dele declarante tentava conter o acusado; que o declarante se aproximou do grupo e foi aí que o acusado desferiu-lhe um golpe com uma faca ou facção; (...); que o acusado não conseguiu ferir Dayvison porque este correu e o genitor dele declarante ficou segurando o acusado; (...); que quando o acusado partiu para agredir Dayvison disse: 'vou pegar você gordinho', foi aí que Dayvison correu em direção à praia enquanto que o genitor do declarante ficou segurando o acusado; (...); que quando o declarante chegou ao local seu genitor estava na frente do acusado, tentando acalmá-lo; que o declarante ao ver a cena, abraçou o seu pai para tirá-lo do local e foi aí que Adriano atingiu o declarante; (...); que o genitor do declarante estava tentando conter o acusado e senão tivesse feito isso o acusado teria conseguido agredir Dayvison; (...)."

Dayvison Galvão Faienstein, ouvido às fls. 139-V/140, afirmou que: *"(...); que Adriano ficou batendo no carro perguntando a Ricardo se o arranhasse o que é que Ricardo Faria, e foi aí que os dois chegaram a brigar, tendo o declarante apartado a briga, ocasião em que Adriano saiu em direção a casa dele e disse: 'eu vou buscar uma coisa ali pra vocês'; (...); que quando o declarante saiu de casa, já foi encontrando Adriano que vinha com uma faca na mão; que quando Adriano avistou o declarante disse: 'eu vou lhe pegar agora'; que o declarante ficou arrodando um carro e em seguida correu, tendo pulado o muro de uma casa; que Adriano correu atrás do declarante, porém, em determinado local caiu; que o declarante depois ficou sabendo que o pai de Ricardo havia segurado Adriano para que este não continuasse correndo atrás dele declarante; que o declarante tomou conhecimento de que após ele declarante haver corrido, Ricardo chegou ao local e foi aí que Adriano deu uma facada em Ricardo; (...); que no dado momento Adriano chegou a tentar dar um golpe de faca peixeira nas costas dele declarante, porém não conseguiu seu intento; (...)."*

A testemunha Celso Holanda Cavalcanti, ouvida como informante, à fl. 139, afirmou que: *"(...); que quando o declarante acordou escutou sua cunhada gritando por socorro; que o declarante foi ver do que se tratava e presenciou o acusado com uma faca na mão correndo atrás de Dayvison; que o declarante segurou o acusado, evitando que esta alcançasse Dayvison; que em dado momento chegou o filho do declarante por nome de Ricardo e quando se aproximou do acusado, este deu um golpe de faca peixeira que atingiu a barriga de Ricardo; (...); que posteriormente o declarante ficou sabendo que antes do fato tinha havido uma discussão entre Ricardo e Adriano, em razão deste ter colocado o filho em cima do capô do carro de Ricardo; (...)."*

A também informante Eliane Rodrigues Torres, prestou declarações às fls. 139/139-V e afirmou o seguinte: *"(...); que em dado momento o acusado colocou o filho em cima do capô do carro de Ricardo, tendo Ricardo pedido a ele para que tirasse a criança, ao que Adriano perguntou se o carro era de ouro e foi logo empurrando Ricardo; que a declarante e Dayvison conseguiram apartar a briga entre Ricardo e Adriano; que*



Adriano correu para casa; que a declarante foi atrás de Adriano, pois o conhecia, e pediu a Adriano para que se acalmasse, todavia quando olhou Adriano estava com uma faca peixeira na mão; que Ricardo havia ido para dentro de casa; que a declarante gritou por socorro; que Adriano ao ver Dayvison correu atrás do mesmo com a faca, porém chegou Celso e segurou Adriano; que nesse momento Ricardo chegou ao local e foi aí que Adriano deu um golpe de faca peixeira na barriga de Ricardo; que Adriano não conseguiu ferir Dayvison porque este correu e também porque Celso conseguiu segurar Adriano; (...)."

A testemunha de defesa, Sirlene Maria de Araújo, ouvida às fls. 155/156, afirmou que: *"que no dia do fato a declarante encontrava-se na casa de Adriano onde havia ido passar o dia; que um filho de Adriano subiu no carro de Ricardo e este reclamou além de que disse uns palavrões com o menino; que em razão disso Adriano também disse uns palavrões com Ricardo; que um rapaz de nome Deivson deu um murro na boca de Adriano; que Adriano foi em casa e pegou a faca e saiu; que foi aí que ele deu a facada em Ricardo; (...)."*

Percebe-se que os destacados depoimentos das vítimas e testemunhas/informantes se mostraram coerentes entre si. Ficou evidenciado que o apelante, depois de se envolver em uma discussão com a vítima José Ricardo, tendo a outra vítima, Dayvison Galvão, tentado apaziguar os ânimos, foi até sua residência e armou-se com uma faca, e, ao retornar ao local da discussão, encontrou a vítima Dayvison. A partir daí, o apelante tentou esfaquear a citada vítima, não conseguindo alcançar o seu objetivo pelo fato de a mesma ter corrido e do genitor da vítima José Ricardo ter impedido a agressão. A seguir, a vítima José Ricardo aproximou-se e foi ferida à faca pelo recorrente, que evadiu-se do local após o ocorrido.

Vale ressaltar que a prova testemunhal indica que o apelante foi até a sua residência com o objetivo de se armar, o que afasta a alegação de ter agido em legítima defesa, inclusive uma das testemunhas de defesa, a Srª Sirlene Maria de Araújo, afirmou que estava hospedada na casa do mesmo e viu quando o apelante entrou em casa, armou-se e saiu, sendo que, momentos depois, esfaqueou a vítima José Ricardo. Também não procede a informação de que o mesmo estava sendo agredido a socos e pontapés por cinco pessoas ao mesmo tempo, tendo pego a faca, que estaria em local próximo (em cima de uma mesa ou encostada na parede, conforme alegou), para se defender.

Diante do exposto, entendo estar a decisão condenatória do corpo de jurados em plena conformidade com as provas dos autos, o que derrui as alegações defensivas.

Conforme relatado, o douto Procurador de Justiça, no parecer de fls. 361/368, reconheceu que o apelante praticou as tentativas de homicídio contra as vítimas destes autos, contudo, opinou pelo provimento do recurso, por considerar que a admissão da qualificadora do motivo fútil está em desconformidade com as provas dos autos, entendendo



que o recorrente deve ser submetido a novo julgamento. Argumenta que, como o crime foi precedido de discussão e briga entre o réu e a vítima, não há que se falar em futilidade do motivo.

Ao contrário do exposto da Procuradoria de Justiça, entendo que a condenação por homicídio qualificado pelo motivo fútil, encontra respaldo no conjunto probatório inserido nos autos.

Guilherme de Souza Nucci, no seu Código Penal Comentado, conceitua o motivo fútil da seguinte maneira: *"Fútil é o motivo flagrantemente desproporcional ao resultado produzido, que merece ser verificado sempre no caso concreto. Mata-se futilmente quando a razão pela qual o agente elimina outro ser humano é insignificante, sem qualquer respaldo social ou moral, veementemente condenável."*

De acordo com as provas dos autos, o apelante irritou-se e discutiu com as vítimas, chegando às vias de fato, pelo simples motivo de a vítima José Ricardo ter pedido por duas vezes ao mesmo para retirar o seu filho de cima do capô do carro, pois a criança poderia danificar o veículo.

O fato de o apelante ter discutido com as vítimas, havendo inclusive luta corporal, não afasta, nesse caso, a qualificadora do motivo fútil.

É importante ressaltar que, no caso concreto, a futilidade está presente na conduta primária. A causa primária e determinante do evento gravoso foi a revolta injustificada do apelante diante do protesto da vítima, que, com razão, pedia para que o mesmo retirasse o infante de cima do veículo pertencente a ela vítima. Verifica-se que o motivo que levou o recorrente a revoltar-se de maneira tão violenta contra as vítimas, atentando contra a vida das mesmas, é flagrantemente desproporcional ao resultado, caracterizando o motivo fútil.

Destaco os seguintes julgados:

"QUALIFICADORA DO MOTIVO FÚTIL. INVOCACÃO DE DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MOTIVO. ALUSÃO À DESAVENÇA PRECEDENTE. Entende-se que mesmo existindo discussão precedente, ainda assim é possível a configuração do motivo fútil." (TJRS - Apelação Nº 70024615254).

"(...); MOTIVO FÚTIL. Se o fato ocorreu por motivo de somenos importância, apenas porque a vítima que estava com a namorada, reclamou de algo que disse o réu, houve uma breve discussão, seguindo-se os disparos. Esta circunstância deve ser submetida à apreciação dos Jurados. A qualificadora somente deve ser excluída quando manifestamente improcedente." (TJRS - RSE Nº 70027382878).



"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. (...). 2. Ocorrido o fato após discussão, contudo, após o seu término, e, ainda, não existindo entre a vítima e os acusados rixa anterior, preexiste o motivo fútil, até porque a razão do homicídio, segundo os autos, está assentada no alegado furto de um motor pela vítima, razão insuficiente e desproporcional à prática delitiva. (TJPE - RSE - Acórdão Nº 168058-8).

Entendo, portanto, que a adoção da qualificadora do motivo fútil não está em desacordo com as provas dos autos.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento ao apelo, mantendo, *in totum*, a decisão do Tribunal do Júri de Itamaracá.

É como voto.

Des. Roberto Ferreira Lins.

Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

178

Apelação Criminal nº 163403-3
Comarca: Itamaracá (Vara Única)
Apelante: Adriano José da Silva
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procurador de Justiça: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DO REVISOR

Adriano José da Silva, através de seu advogado, irresignado com a decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Itamaracá/PE, que o condenou como incurso nas penas do art. 121, § 2º, II, c/c o art. 14, II, do CP (duas vezes), cuja pena foi fixada definitivamente em 11 anos de reclusão, em regime inicial fechado.

Sustenta a defesa que o veredicto foi manifestamente contrário à prova dos autos, motivo pelo qual requer a anulação do julgamento.

Destaca que, em relação à vítima José Ricardo, o acusado desferiu o golpe de faca que a lesionou em uma atitude de defesa; por outro lado, em relação à vítima Dayvison Galvão, afirma a defesa que não há nos autos provas de que houve a tentativa do delito de homicídio.

De plano, destaco que a decisão do Tribunal do Júri não foi contrária à prova dos autos, pois não se pode falar na excludente de ilicitude da legítima defesa em relação à vítima José Ricardo, quando há nos autos provas de que o acusado agiu com "*animus necandi*", pois tanto as vítimas como as testemunhas foram uníssonas em narrar o fato conforme a denúncia.

Também não há como se acolher a tese defensiva no sentido de que inexistem provas de que o acusado tentou ceifar a vida de Dayvison, pois a testemunha Eliane Torres, às fls. 139, afirmou que o acusado falou para Dayvison que o ia matar naquele momento.

Como é cediço, o Conselho de Sentença, ao decidir pela condenação do ora acusado, optou pela versão que lhe pareceu mais concatenada com a realidade dos autos, pois o Júri pode acatar a tese que mais achar coerente e, assim, formar a sua convicção. E foi justamente isto que aconteceu no caso em tela, pois, repudiando as teses aduzidas pela defesa, e acatando a versão sustentada pela acusação,



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

Vol
179

os Jurados optaram por uma das versões trazidas, a saber: a do homicídio qualificado tentado.

Dessa forma, percebe-se que não houve decisão em desacordo ao conjunto probatório, pois não existiram quaisquer desvios em relação aos fatos apurados, nem muito menos ocorreu arbitrariedade por parte do Tribunal do Júri no momento de proferir e embasar sua decisão.

Diante do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO DO APELO, mantendo-se a condenação em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 09 de maio de 2010.


DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
Revisor